1 INTRODUÇÃO

Por fue.

A barreira do aprendizado para a interação entre homem e sistemas computacionais até os dias atuais ainda é um obstáculo a ser conquistado. Barbosa e Silva (2010) afirmam que usuários que se dispõem a aprender novos sistemas interativos com características únicas e distintas precisam dispor de tempo e interesse para posteriormente ser capazes de usufruir e usar as funcionalidades deste sistema (p. 29).

Consequentemente, pessoas inexperientes em internet e sem muito conhecimento técnico em manusear softwares de acesso podem deixar de participar de eventos, oportunidades e movimentos que utilizam como meio a internet. Pessoas com estas características podem se ausentar da participação no controle sobre a Administração Pública atuando na verificação, acompanhamento e fiscalização da regularidade de gastos públicos devido a se depararem com barreiras até mesmo no momento do recolhimento dos dados públicos que utilizam como canal mediador a internet.

No que se refere a fiscalização, com a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil se classificou se como um Estado Democrático de Direito onde uma de suas características, para este tipo de estado, é a participação popular no controle sobre a Administração Pública. Neste sentido, o cidadão tem o poder de acompanhar e fiscalizar a regularidade dos atos governamentais juntamente com os órgãos institucionais legalmente criados para esta finalidade (ARRUDA; TALES, 2010).

Tendo em vista que em 2000 foi promulgada a Lei de Responsabilidade Fiscal, que entre muito outros pontos, no artigo 48, definiu que as prestações de contas e outros instrumentos de transparência da gestão fiscal pública devem ter ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público. Porém, todo benefício gerado a partir das regras impostas por esta lei, podem não ser devidamente aproveitadas por cidadãos que não possuem conhecimento prévio na utilização da internet.

Surgindo assim a pergunta central que este trabalho se propõe a intervir: como facilitar o acesso às informações públicas com o propósito que pessoas, sem conhecimento técnico em sistemas computacionais, possam auxiliar no processo de fiscalização de gastos governamentais, ajudando assim a diminuir os índices de corrupção no país?